

MADLINE ROCHA FURTADO
MONIQUE RAFAELLA ROCHA FURTADO
ANTONIETA PEREIRA VIEIRA
HENRIQUE PEREIRA VIEIRA

GESTÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TEORIA E PRÁTICA

O processo de contratação: as antigas
e as novas regras da Lei nº 14.133/2021

8ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

© 2006 Editora Fórum Ltda.
2007 – 2ª edição revista e ampliada
2008 – 3ª edição revista e ampliada
2010 – 4ª edição revista e ampliada
2013 – 5ª edição revista e ampliada
2014 – 6ª edição revista e ampliada
2018 – 7ª edição revista e ampliada
2023 – 8ª edição revista e ampliada

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,
inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Florianio de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F992g	Furtado, Madeline Rocha
	Gestão de contratos de terceirização na Administração Pública: teoria e prática / Madeline Rocha Furtado...[et al.]. - 8. ed. revista e ampliada - Belo Horizonte : Fórum, 2023. 936p. : 17cm x 24cm. ISBN: 978-65-5518-469-3
	1. Administração pública. 2. Contratos. 3. Terceirização. I. Furtado, Monique Rafaella Rocha. II. Vieira, Antonieta Pereira. III. Vieira, Henrique Pereira. IV. Título.
2018-753	CDD351 CDU 35

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FURTADO, Madeline Rocha et al. *Gestão de contratos de terceirização na Administração Pública: teoria e prática*. 8. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 936p. ISBN 978-65-5518-469-3.

PREFÁCIO DA 7ª EDIÇÃO	
Lucas Rocha Furtado	29
PREFÁCIO DA 6ª EDIÇÃO	
Toshio Mukai	31
PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO	
Renato Geraldo Mendes	33
PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO	
Rogério Santanna	35
INTRODUÇÃO	37
CAPÍTULO 1	
TERCEIRIZAÇÃO	43
1.1 A atividade-meio e a atividade finalística	46
1.2 A terceirização da atividade-fim para as concessionárias de serviço público	46
1.3 Terceirização da atividade finalística	48
1.4 Breve histórico da terceirização	49
1.4.1 Terceirização na Administração Pública – exame da legalidade.....	50
1.4.2 Nasce uma nova política no governo federal: a terceirização histórica	52
1.4.2.1 Tribunal de Contas e os entendimentos ao longo do tempo	52
1.4.2.2 Legislações correlatas à terceirização.....	55
1.4.2.3 A IN/MPDG nº 05/2017 e a Terceirização	59
1.4.2.4 Outras normas correlatas à terceirização.....	61
1.5 A terceirização e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).....	63
1.6 Contratos de serviços terceirizados na Administração Pública	65
1.6.1 A realização de serviços terceirizados é contratação de mão de obra?	67
1.6.1.1 Os pagamentos dos contratos com mão de obra	68
1.6.1.2 A provisoriedade da retenção da fatura	69
1.6.2 As inovações da Lei nº 14.133/2021.....	72
1.7 A terceirização dos serviços com e sem mão de obra e o gerenciamento dos riscos	74
1.8 Terceirização lícita na Administração Pública: antigas e novas regras	79
1.9 A questão do vínculo empregatício.....	91
1.10 Responsabilidade subsidiária.....	95
1.11 A responsabilidade solidária.....	97
1.12 Como evitar a subordinação e a pessoalidade dos terceirizados.....	99
1.13 A responsabilidade na terceirização e a criação da conta vinculada.....	103
1.13.1 O que é a conta vinculada?	104
1.13.2 O TCU e a conta vinculada	105
1.13.3 O que diz a IN/MPDG nº 05/2017 sobre a conta vinculada	107
1.13.4 O pagamento pelo Fato Gerador na Lei nº 14.133/2021.....	113
1.14 Outras formas de controle	117
1.15 Contratação de serviços continuados por meio de cooperativas	118
1.15.1 As cooperativas e o termo de conciliação judicial.....	119
1.15.2 A Lei nº 14.133/2021 e as cooperativas	121
1.15.3 A IN MPDG nº 05/2017 e as cooperativas.....	122
1.15.4 E o que seria uma cooperativa de trabalho?.....	123
1.15.5 Contratação de cooperativas – divergências	124
CAPÍTULO 2	
PROCESSO ORÇAMENTÁRIO QUE ANTECEDE AS FASES DA DESPESA PÚBLICA.....	129
2.1 Instrumentos de planejamento.....	131
2.2 Elaboração do Plano Plurianual (PPA)	131
2.2.1 Resgate histórico.....	132
2.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	134
2.4 Lei Orçamentária Anual (LOA).....	136
2.5 Aprovação do decreto de programação orçamentária e financeira.....	139
2.6 As fases da despesa pública.....	141
2.6.1 O que é o empenho de despesa?	141

2.6.2	A liquidação da despesa	143
2.6.3	Pagamento da despesa	146
2.6.4	O que são restos a pagar?.....	148

CAPÍTULO 3

PROCESSO DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA	151
3.1 Execução orçamentária e financeira	151
3.2 Fases do processo licitatório	156
3.2.1 Fase interna/preparatória ou fase de planejamento.....	169
3.2.1.1 Início do processo licitatório – Formalização.....	171
3.2.1.2 A aquisição de bens	173
3.2.1.2.1 A Lei nº 8.666/93 e a indicação de marcas na licitação.....	173
3.2.1.2.2 A Lei nº 14.133/2021 e a indicação de marcas na licitação.....	176
3.2.1.2.3 A padronização nas compras da Lei nº 8.666/93	178
3.2.1.2.4 A padronização nas compras na Lei nº 14.133/2021	180
3.2.1.3 Os procedimentos auxiliares na Lei nº 14.133/2021	180
3.2.1.3.1 Credenciamento	181
3.2.1.3.2 O credenciamento e o TCU sob a égide da Lei nº 8.666/93	181
3.2.1.3.3 A pré-qualificação na Lei nº 8.666/93	183
3.2.1.3.4 A pré-qualificação na Nova Lei de Licitações	184
3.2.1.3.5 Do procedimento de manifestação de interesse	186
3.2.1.3.6 Registro cadastral	188
3.2.1.4 Avaliação das quantidades e características.....	190
3.2.1.5 Definição do objeto “comum” ou “não comum”	191
3.2.1.5.1 Definição do objeto “comum” ou “não comum” e a nova Lei de Licitações.....	192
3.2.2 Planejando a licitação de acordo com o objeto escolhido.....	195
3.3 O legado do Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	197
3.3.1 Base legal de contratação pelo RDC	199
3.3.2 Aspectos inovadores do RDC e incorporados na Lei nº 14.133/2021	201
3.4 Definição do objeto da contratação e suas características	203
3.4.1 Conclusões sobre as definições do objeto do contrato.....	207
3.4.1.1 O objeto e o Código do Consumidor.....	207
3.4.1.2 Certificações na Lei nº 14.133/2021	210
3.5 A sustentabilidade e o objeto da licitação.....	211
3.5.1 A legislação que envolve o tema da sustentabilidade	216
3.5.2 O Ministério do Planejamento e as diretrizes sobre sustentabilidade.....	218
3.6 O antigo Plano de Trabalho e o Estudo Técnico Preliminar	220
3.7 As contratações de bens e serviços de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação e as instruções normativas do governo federal	222
3.7.1 Considerações sobre as contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	227
3.7.2 TCU e repercussão nas fundamentações contratuais	228
3.8 Principais documentos ou artefatos do processo	234
3.8.1 Estudos Técnicos Preliminares.....	234
3.8.2 O Acordo de Nível de Serviços (ANS) e o Instrumento de Medição dos Resultados (IMR).....	236
3.8.3 Projeto Básico	239
3.8.3.1 O Projeto Básico e o Termo de Referência conforme e a legislação	240
3.8.3.2 O Projeto Básico na Lei do RDC.....	250
3.8.4 As obras e o Projeto Executivo	251
3.8.5 Termo de Referência nas legislações.....	256
3.8.5.1 O Projeto Básico, o Termo de Referência, a Instrução Normativa nº 01/SGD/ME (TIC) e a IN/MPDG nº 05/2017.....	258
3.8.5.2 O Termo de Referência e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022	260
3.8.6 GRC – Governança, riscos e <i>compliance</i>	261
3.8.6.1 A governança	261
3.8.6.2 Gestão ou gerenciamento de riscos	262
3.8.6.3 O <i>compliance</i>	267
3.8.7 Pesquisa de preços	269
3.8.7.1 A pesquisa de preços nas dispensas e inexigibilidades.....	270
3.8.7.2 A importância da pesquisa	271
3.8.7.3 Metodologia da pesquisa de preços	272
3.8.7.4 As instruções normativas – Pesquisa de preços.....	278
3.8.7.5 Responsabilidade pela pesquisa	281
3.9 Vantajosidade da proposta/preço	283
3.10 As planilhas nas instruções normativas.....	285
3.11 Regime de execução (direta ou indireta)	287
3.12 Das modalidades de licitação na forma da Lei nº 8.666/93	292
3.13 Das modalidades de licitação na forma da Lei nº 14.133/2021	296
3.14 Parcelamento do objeto	296

3.15	Autorização da abertura do processo licitatório na Lei nº 8.666/93.....	298
3.16	Elaboração do ato convocatório (edital ou convite).....	299
3.16.1	Regras do ato convocatório na Lei nº 8.666/93.....	302
3.16.2	Regras do ato convocatório na Lei nº 14.133/2021.....	304
3.16.2.1	Divulgação do edital.....	305
3.17	As microempresas e empresas de pequeno porte e o ato convocatório.....	306
3.17.1	As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte na NLLC nº 14.133/2021	308
3.18	A IN MPDG nº 05/2017 e as disposições no ato convocatório previstas no Anexo VII.....	310
3.19	Casos de dispensa e inexigibilidade da Lei nº 8.666/93.....	315
3.20	Casos de dispensa e inexigibilidade da Lei nº 14.133/2021	323
3.21	Contratação emergencial.....	328
3.21.1	A contratação emergencial mediante a falta de planejamento, a desídia administrativa ou má gestão dos recursos públicos	330
3.21.1.1	A contratação emergencial na nova Lei de Licitações e Contratos	331
3.21.2	Considerações gerais	333
3.22	Cláusulas obrigatórias no ato convocatório.....	333
3.23	Anexos do ato convocatório na Lei nº 8.666/93 e IN/MPDG nº 05/2017	338
3.24	Análise jurídica nas Leis de Licitações e Contratos	340
3.25	Quanto tempo leva a fase interna do processo licitatório?	345
3.26	Considerações iniciais sobre a fase externa.....	346

CAPÍTULO 4

O PROCESSO DE LICITAÇÃO.....		349
4.1	Passando da fase interna para a fase externa	349
4.1.1	Considerações iniciais	349
4.1.2	A capacitação necessária	350
4.1.3	Os princípios da Administração Pública	351
4.1.4	A fase externa: mãos à massa	353
4.1.4.1	Pedidos de esclarecimento e impugnação.....	353
4.1.4.2	Representação/denúncia junto aos Tribunais de Contas na Lei nº 8.666/93.....	355
4.1.4.3	O saneamento e as nulidades.....	356
4.1.4.4	Publicidade do orçamento	357
4.1.4.5	Publicação e prazos dos atos convocatórios.....	362
4.1.4.6	O Portal Nacional de Contratações Públicas.....	365
4.1.4.7	Procedimentos subsequentes – As exigências habilitatórias e o cadastro no SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores do governo federal.....	370
4.1.4.7.1	As regras de habilitação da Lei nº 8.666/93	372
4.1.4.7.2	Os atestados de capacidade técnica na Lei nº 8.666/93.....	374
4.1.4.7.3	As regras de habilitação na Lei nº 14.133/2021	377
4.1.4.7.4	A qualificação técnica e os entendimentos do TCU.....	379
4.1.4.8	A Lei Complementar nº 123/06 e a participação das MEs – Microempresas e EPPs – Empresas de Pequeno Porte no processo	381
4.1.4.8.1	Do empate ficto nas licitações públicas.....	384
4.1.4.8.2	Licitações do tipo técnica e preço.....	385
4.1.4.8.3	A disposição dos arts. 47 e 48 – Disciplinam o tratamento diferenciado e simplificado.....	386
4.1.4.8.4	O tratamento diferenciado e as contratações exclusivas	386
4.1.4.8.5	O tratamento diferenciado e a subcontratação	388
4.1.4.8.6	O Decreto nº 8.538/2015 e a subcontratação	389
4.1.4.8.7	A contratação reservada.....	390
4.1.4.8.8	Manutenção do enquadramento das empresas (ME e EPP).....	391
4.1.4.8.9	A regularidade fiscal da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP).....	399
4.1.4.8.10	Os prazos nas licitações das MEs e EPPs.....	401
4.2	Sessão pública/Lei nº 8.666/93	403
4.2.1	Procedimentos da licitação pela Lei nº 8.666/93	403
4.2.2	Modalidade de licitação denominada Pregão (Lei nº 10.520/02)	406
4.2.3	Da cotação eletrônica do governo federal	410
4.3	Sessão pública do pregão eletrônico (Decreto nº 10.024/2019)	411
4.3.1	Modo de disputa aberto no Decreto nº 10.024/2019.....	414
4.3.2	Modo de disputa aberto e fechado	415
4.3.3	Consultas a variados sistemas de controle	417
4.3.4	As regras na Lei nº 14.133/2021	421
4.3.4.1	A linha do tempo na NLLC	421
4.3.4.2	A fase externa na Lei nº 14.133/2021.....	422
4.3.4.3	A regulamentação federal da IN/SEGES nº 73/2022	425
4.3.5	Inclusão de novos documentos na licitação	430
4.3.5.1	Diligências.....	432

4.3.5.2	Inclusão de novos documentos na licitação na Lei nº 14.133/2021	433
4.3.5.3	A diligência na IN/MPDG nº 05/2017 e a inexequibilidade	434
4.3.5.4	Regras da IN MPDG nº 05/2017	436
4.3.5.5	Regras da IN MPDG nº 05/2017 – análise da proposta técnica e o requisitante	436
4.3.5.6	Sessão pública do pregão presencial	437
4.3.6	O que a NLLC, Lei nº 14.133/2021, trouxe sobre o pregão?	438
4.3.6.1	As regulamentações necessárias à aplicação do pregão na NLLC	439
4.3.6.2	Considerações gerais sobre a NLLC.....	440

CAPÍTULO 5

CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		443
5.1	Contratos	443
5.2	Contrato administrativo.....	444
5.2.1	A linha do tempo do processo licitatório de contratação.....	446
5.2.2	Características dos contratos administrativos	448
5.2.2.1	Finalidade e interesse público nas licitações e contratos.....	451
5.2.2.2	Quadro comparativo entre a Lei nº 14.133/2021 e a Lei nº 8.666/93.....	454
5.2.3	Obrigatoriedade de a Administração firmar contratos	455
5.2.4	A publicidade dos contratos.....	456
5.2.5	Compra com entrega imediata e integral	459
5.2.6	Conteúdo dos contratos	460
5.2.6.1	Regras específicas acerca da assinatura dos contratos	462
5.2.7	Cláusulas dos contratos.....	466
5.2.7.1	As diretrizes da IN MPDG nº 05/2017 e a incorporação na Lei nº 14.133/2021.....	467
5.2.7.2	O modelo de execução do objeto (IN MPDG nº 05/2017) e a Lei nº 14.133/2021	468
5.2.8	Modelo de gestão do contrato (IN MPDG nº 05/2017) e a Lei nº 14.133/2021	469
5.2.9	Cláusulas exorbitantes.....	470
5.2.10	Modificação unilateral	473
5.2.10.1	A alteração qualitativa	473
5.2.10.2	A alteração quantitativa	477
5.2.11	As alterações quantitativas e o Tribunal de Contas da União	480
5.2.11.1	Efeito financeiro nulo nos aditivos contratuais	484
5.2.12	Modificação por acordo das partes.....	485
5.2.13	Reequilíbrio econômico-financeiro.....	487
	Reequilíbrio econômico-financeiro: situações diferenciadas.....	494
5.2.14	Repactuação	495
	Repactuação	498
5.2.15	Reajuste.....	499
	Reajuste.....	502
5.2.16	Rescisão unilateral.....	503
5.2.16.1	Rescisão amigável	508
5.2.16.2	Formalização processual da rescisão ou extinção	512
5.2.17	Aplicação das sanções administrativas.....	514
5.2.18	Competência para aplicação das sanções nas Leis nº 8.666/93 e nº 14.133/2021	522
5.2.19	Cumulatividade da aplicação das sanções	523
5.2.20	Instrução processual de penalização e responsabilização.....	523
5.2.21	Regras de governança.....	525
5.2.22	Multa de mora e compensatória	526
5.2.23	Reabilitação do contrato.....	526
5.2.24	Duração dos contratos administrativos na Lei nº 8.666/93	527
5.2.25	A prorrogação dos contratos e a IN MPDG nº 05/2017	528
5.2.25.1	A prorrogação dos contratos e preclusão lógica.....	530
5.2.25.2	Dispensabilidade de análise jurídica e parecer na prorrogação.....	531
5.2.25.3	Prorrogação de contrato de serviços continuados após 60 meses	536
5.2.26	Duração dos contratos administrativos na Lei nº 14.133/2021	537
5.2.27	A Lei nº 14.133/2021 e os contratos por eficiência	539
5.2.28	A Lei nº 14.133/2021 e os contratos por escopo.....	541
5.2.28.1	Prestação dos serviços sem cobertura contratual	542
5.2.28.2	Contrato emergencial	544
5.2.28.3	Instrumentos utilizados na alteração dos contratos.....	545
5.2.28.4	Pagamento da despesa	546
5.2.28.5	O pagamento: o que trouxe a Lei nº 14.133/2021?	550
5.2.28.6	A publicidade dos atos na Lei nº 14.133/2021	551
5.2.29	Pagamentos e instrumentos de controle na terceirização de mão de obra: Lei nº 14.13/2021	551
5.2.30	Remuneração variável	552
5.2.31	Pagamento antecipado	553

CAPÍTULO 6

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP).....	555
6.1 As dificuldades processuais e o reflexo no SRP.....	557
6.2 Base legal do Sistema de Registro de Preços (SRP).....	559
6.3 O que é o Sistema de Registro de Preços?	559
6.4 Aplicação do SRP	560
6.5 Características do SRP	565
6.6 O renascimento do antigo Decreto nº 7.892/2013 na Lei nº 14.133/2021	567
6.7 Aplicação do decreto regulamentador (nº 7892/2013) exclusiva à Lei nº 8.666/93 ...	574
6.8 Síntese de procedimentos	574
6.8.1 Operacionalização.....	574
6.8.1.1 Os atos administrativos e o SRP.....	579
6.8.1.2 Quantidade mínima no SRP e os requisitos do edital de licitação	580
6.8.1.3 Aprovação das minutas e do contrato	580
6.8.1.4 Ata de Registro de Preços	582
6.8.1.5 A contratação decorrente do SRP	584
6.8.1.6 A divisão do objeto no Decreto nº 7.892/2013 e na Lei nº 14.133/2021	584
6.8.1.7 SRP e o quantitativo a ser demandado	588
6.9 Gerenciamento do SRP	592
6.9.1 Gerenciamento e revisão dos preços registrados	593
6.10 Cuidados na adesão pelo carona	595
6.10.1 O processo administrativo e a adesão.....	599
6.10.2 Remanejamento dos itens da ata.....	601
6.10.3 Gerenciamento da ata de registro de preços	602
6.10.4 Acórdãos TCU – Adesões	603
6.11 Gestão – Um problema crônico.....	604
6.11.1 Os processos de contratação de Tecnologia da Informação no SRP	606

CAPÍTULO 7

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	609
7.1 Considerações iniciais da gestão e fiscalização dos contratos.....	609
7.1.1 O ETP, a equipe de planejamento e os fiscais de contratos	611
7.2 Fundamentação legal.....	618
7.3 As regras da gestão e a fiscalização dos contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação	620
7.4 As atividades de gestão e fiscalização frente às regulamentações federais.....	622
7.5 Entendendo gestão e fiscalização na Lei nº 14.133/2021.....	627
7.6 Posicionamento do servidor frente a sua indicação para gestor ou fiscal	629
7.7 O gestor e o fiscal – Quem poderá ser designado fiscal ou gestor de contratos?	631
7.8 Recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU sobre o tema.....	639
7.9 Kit do fiscal ou gestor.....	644
7.10 Diferenças entre fiscalização e gestão	644
7.11 O Ordenador de despesas.....	646
7.12 Irregularidades recorrentes nos processos	647
7.13 Manutenção das condições de habilitação	648
7.14 Atribuições e níveis de responsabilidades na gerência ou gestão dos contratos	650
7.15 Pontos a serem observados na gestão e fiscalização contratual nos contratos de serviços terceirizados	652
7.16 A fiscalização técnica	654
7.17 Fiscalização administrativa.....	656
7.18 A fiscalização setorial pelo público usuário.....	667
7.19 Pontos de cautela/contratos especiais que envolvam mão de obra	668
7.20 Documentos administrativos do processo de contratação.....	668
7.21 A figura do preposto.....	670
7.22 O que o TCU tem dito sobre a fiscalização dos contratos	673
7.23 Procedimentos importantes complementares	692
7.24 Conclusão	693

CAPÍTULO 8

A INEXEQUIBILIDADE E A PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.....	695
8.1 Considerações gerais	695
8.1.1 Preço inexequível	696
8.1.2 A inexequibilidade, legislação x comprovação	700
8.1.3 O Tribunal de Contas da União e o entendimento sobre o tema	701
8.1.4 A inexequibilidade e a pesquisa de preços	705
8.1.4.1 Inexequibilidade e as propostas de preços na licitação	707
8.2 O Estudo Preliminar e a elaboração dos custos.....	709

8.3	Propostas desclassificadas: o que fazer?	710
8.4	Preço vantajoso	711
8.5	Reequilíbrio dos valores propostos	713
8.6	O desequilíbrio nos contratos em que haja variação de taxa cambial	720
8.7	Acórdãos do TCU e a inexecutabilidade	724
8.8	A motivação e a inexecutabilidade.....	727
8.9	Conclusão	728
8.10	A Instrução Normativa/MPDG nº 05/2017 e a executabilidade.....	732

CAPÍTULO 9

A COMPOSIÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E A FORMAÇÃO DE PREÇOS – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....		739
9.1	Considerações gerais	739
9.1.1	Histórico das instruções normativas e os modelos de planilhas.....	745
9.1.2	A reserva técnica – histórico nas planilhas de custos	747
	Uma breve análise das alterações posteriores.....	750
9.1.3	Retirada do dispositivo Reserva Técnica da IN e entendimentos do TCU.....	751
9.2	A planilha de custos dos serviços terceirizados	755
9.2.1	Planilhas de custos e formação de preços são elaboradas para todos os serviços terceirizados?	756
9.2.1.1	Custos dos serviços prestados sem dedicação exclusiva de mão de obra	759
	Em nova consulta realizada em 2017	762
9.2.1.2	As MEs e EPPs e o regime tributário	764
9.2.1.3	A prestação dos serviços de Tecnologia da Informação.....	770
9.2.1.4	A retenção previdenciária na cessão de mão de obra.....	771
9.2.1.5	Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	772
9.2.1.6	Pluralidade de tomadores de serviços	776
9.3	Planilha de custos de serviços com disponibilização de mão de obra – Modelo da IN/MPDG nº 05/2017 – Anexo VII-D.....	778
9.3.1	Salários e remuneração.....	778
9.3.2	Os Acordos Coletivos do Trabalho (ACT), as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), as súmulas do TST e a Reforma Trabalhista.....	785
9.3.2.1	A ultratividade das normas	787
9.3.2.2	Alguns temas abrangidos pela reforma com possibilidade de negociação pela categoria	789
9.3.3	O salário e as instruções normativas	791
9.3.4	A jornada de trabalho.....	795
9.3.4.1	Horas <i>in itinere</i>	796
9.3.4.2	Trabalho em jornada parcial.....	796
9.3.4.3	Trabalho em jornada intermitente	797
9.4	Os serviços e a planilha de custos.....	799
9.4.1	Anexo VII-D – Modelo de planilha de custos e formação de preços – Composição da remuneração dos serviços	801
9.4.1.1	Os salários e a prestação dos serviços	801
9.4.1.2	As jornadas e o valor da hora de trabalho.....	802
9.4.1.3	Jornada de trabalho, hora extra ou hora suplementar, banco de horas e acordos ...	804
9.4.1.3.1	A jornada de trabalho	804
9.4.1.3.2	Hora extra ou suplementar	804
9.4.1.3.3	Banco de horas e acordo.....	805
9.4.1.4	Trabalho noturno	807
9.4.1.4.1	Percentual de acréscimo no valor da hora normal	807
9.4.1.4.2	Hora noturna reduzida	808
9.5	Sobre a formação do custo da planilha de vigilância	812
9.5.1	Adicional de periculosidade.....	816
9.5.2	Adicional de insalubridade	818
9.5.2.1	A insalubridade e a constatação efetiva.....	824
9.5.2.2	A cumulatividade dos adicionais	827
9.5.2.3	Considerações sobre os preços fixos e variáveis.....	828
9.6	Outros adicionais	830
9.7	A planilha com todos os itens que compõem o salário e adicionais.....	830
9.7.1	A planilha e os encargos e benefícios anuais, mensais e diários.....	830
9.7.1.1	Décimo terceiro salário.....	831
9.7.1.2	Férias e um terço constitucional.....	833
9.7.2	A conta vinculada e a retenção valores das férias e do 13º salário prevista na planilha	837
9.8	O módulo sobre encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	840
9.8.1	História dos encargos sociais e trabalhistas nas instruções normativas	840
9.8.2	Submódulo 2.2 da IN MPOG nº 05/2017.....	842

9.8.3	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).....	843
9.8.3.1	Encargos previdenciários – Planilha ME e EPP optante pelo Simples.....	844
9.8.4	Desoneração da folha de pagamento	849
9.8.5	Demais contribuições sociais.....	851
9.8.5.1	Serviço Social da Indústria (SESI)	852
9.8.5.2	Serviço Social do Comércio (SESC)	852
9.8.5.3	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	852
9.8.5.4	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	852
9.8.5.5	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	853
9.8.5.6	Salário-educação.....	853
9.8.5.7	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	854
9.8.5.8	GILL RAT: Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa Decorrente dos Riscos do Ambiente de Trabalho ou Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) ou antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT/INSS) – 1%, 2% ou 3%	857
9.8.5.9	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	861
9.9	Destaques na planilha com mão de obra	864
9.10	Itens que compõem os custos-benefícios mensais e diários.....	865
9.10.1	Vale-transporte	866
9.10.2	Vale-alimentação ou auxílio-alimentação	868
9.10.3	Seguro de vida	871
9.10.4	Assistência médico-odontológica	873
9.11	Composição dos itens para rescisão	874
9.11.1	Rescisões por acordo	874
9.11.2	Rescisão unilateral sem justa causa	876
9.11.3	Na prática, o que a planilha de custos traz?.....	877
9.11.3.1	A planilha da IN/MPDG nº 05/2017 e as verbas rescisórias.....	878
9.11.3.2	Resumo da planilha modelo (IN/MPDG nº 05/2017)	878
9.11.4	Aviso prévio na planilha de custos.....	879
9.12	Aviso prévio indenizado	881
9.12.1	Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado (API).....	882
9.12.2	Aviso prévio trabalhado	883
9.12.2.1	Lei nº 12.506/2011 sobre os acréscimos do aviso prévio trabalhado	886
9.12.2.2	Incêndios dos encargos previdenciários e FGTS sobre as verbas salariais e trabalhistas.....	889
9.13	Indenização adicional.....	891
9.14	Módulo 4 – Custo de reposição de profissional ausente.....	892
9.14.1	Substituição do profissional titular por motivo de férias.....	893
9.14.2	Faltas legais ou ausências legais	894
9.14.3	Licença-paternidade	895
9.14.4	Auxílio-doença ou ausência por doença	896
9.14.5	Acidente de trabalho ou ausência por acidente de trabalho.....	897
9.14.6	Licença-maternidade	899
9.14.7	Considerações importantes sobre a composição da planilha	901
9.14.8	Unidade de medida	906
9.14.9	Depreciação dos equipamentos	906
9.15	Custos indiretos, tributos e lucro.....	907
9.15.1	Despesas operacionais ou custos indiretos	907
9.15.2	Lucro	908
9.15.3	Tributos – Módulo 6 da IN/MPDG nº 05/2017	909
9.15.4	Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL).....	911
9.15.5	Limpeza, custo indireto, tributo e lucro.....	911
9.15.6	Retenção dos tributos	913
9.16	Conclusão	917
9.17	Uma rápida reflexão	921
	REFERÊNCIAS.....	923
	ANEXO.....	931